

## GT 5 – Política e Economia da Informação

ISSN 2177-3688

### DESINFORMAÇÃO: EQUÍVOCO CONCEITUAL OU NEOLOGISMO PARA FALSA CONSCIÊNCIA?

#### *DISINFORMATION: MISCONCEPTION OR NEOLOGISM FOR FALSE CONSCIOUSNESS?*

**Monique Figueira** – Universidade Federal Fluminense (UFF)

**André Januário da Silva** - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia,  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRJ)

#### **Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** O que é informação para um sistema pode ser mero ruído para outro. Assim, consideramos que a informação não se distingue *a priori* de desinformação. Este entendimento destoa do uso habitual do conceito, seja na linguagem cotidiana e midiática, seja nas correntes majoritárias das ciências da informação e da comunicação, onde o paradigma positivista confunde informação com verdade, em oposição à desinformação como mentira. A partir de pesquisa qualitativa do tipo exploratória-explicativa e bibliográfica, o ensaio visa abordar criticamente o problema da desinformação. Fundamentado na economia política da informação e em autores como Wilden, Vieira Pinto, Mészáros e Marx, o texto está dividido em três eixos. No primeiro, analisamos a totalidade dos sistemas abertos pela cibernética de segunda geração, escola que concebe o ruído como expressão dialética da própria informação, diferentemente do legado lógico-formal da teoria matemática da comunicação. Em suma, a significação será definida pela mediação de um código - no caso da hegemonia atual, o valor de troca. Na segunda parte propomos que a desinformação, ao se apresentar como variedade organizada, também se constitui como matéria informativa, pois produz significação de mundo em um determinado contexto. No último eixo debatemos os limites da verdade pela teleologia da luta de classes, já que as formas de consciência não são individuais, mas condicionadas pelas determinações materiais da sociedade, permeadas por processos de alienação e falsa consciência. Os resultados confirmam a aplicabilidade da hipótese inicial, apontando caminhos para reflexões futuras em consonância com a teoria dialética da informação.

**Palavras-chave:** desinformação; teoria da informação; economia política da informação; materialismo dialético; alienação.

**Abstract:** What is information to one system may be mere noise to another. Thus, we consider that information cannot be distinguished beforehand from misinformation. This understanding differs from the customary use of the concept, whether in everyday and media language, or in the mainstream of information and communication sciences, where the positivist paradigm mistakes information for truth, in opposition to misinformation as a lie. This essay critically approaches the problem of disinformation, drawing on exploratory-explanatory and bibliographical qualitative research. Based on the political economy of information and the work of authors such as Wilden, Vieira Pinto, Mészáros, and Marx, it is divided into three axes. In the first, we analyze the totality of open systems with the support from the second generation of cybernetics, school which conceives noise as dialectical expression of information itself, unlike the logical-formal legacy of the mathematical theory of communication. In short, meaning always depends on the mediation of a code - in the current hegemony, the exchange value. In the second part, we propose that disinformation, presented as organized variety, also becomes informative, since something that

produces world meaning in a given context. In the third axis, we approach the limits of truth through the teleology of class struggle, as forms of consciousness are not individual, but conditioned by the material determinations of society, permeated by alienation and false consciousness. The results confirm the applicability of the initial hypothesis, pointing out paths for future reflections in line with the dialectical theory of information.

**Keywords:** misinformation; information theory; political economy of information; dialectical materialism; alienation.

## **1 INTRODUÇÃO**

A informação (in)forma todos os níveis hierárquicos da vida, seja inorgânica ou orgânica - aqui o lócus da mente, também matéria na cadeia evolutiva. Dada a universalidade transdisciplinar do conceito, informação não deveria se confundir com verdade. Afinal, verdade para quem, para a finalidade de qual sistema específico? Segundo a teoria dialética da informação e a segunda geração cibernética, a informação não se distingue de antemão de ruído, nem tem significação intrínseca. Por exemplo, massacres em escolas podem servir de argumento para endurecer a posse de armas ou exatamente o contrário. Logo, tampouco a informação se distingue *a priori* de desinformação, mas este entendimento destoa do uso habitual do conceito. Assim, o objetivo deste ensaio é abordar criticamente o problema da desinformação. Posicionando o conceito à luz da dialética, nos afastamos do positivismo que reforça dicotomias e mascara o tamanho do desafio.

A desinformação, enquanto prática antiquíssima, é observada em diferentes períodos da história. Também na contemporaneidade desempenha papel fundamental no modelo de negócios capitalista, dado o protagonismo da informação para auferir lucro e para a circulação de mercadorias. Tais elementos constituem a engrenagem da economia das plataformas no novo ambiente social marcado pela hiperconectividade, banalização dos discursos e engajamento contínuo no fornecimento de dados, fatores que incidem diretamente na percepção existencial da vida social.

Após esta introdução, o texto está dividido em três eixos. No primeiro, analisamos o fenômeno da informação pela lógica da totalidade dos sistemas abertos, com apoio da cibernética de segunda geração. Toda a realidade se configura por informação orientada à finalidade de inumeráveis subsistemas, em contradição com a finalidade de outros subsistemas. O que é informação para um contexto, é ruído para outro. Enquanto a cibernética lógico-formal descarta a possibilidade da contradição ao excluir o ruído, os sistemas abertos concebem o ruído como expressão dialética da própria informação.

No segundo eixo propomos que a desinformação, ao se apresentar como variedade organizada, também se constitui como matéria informativa, pois o ato produz significação de mundo em um determinado contexto. Wilden (2001a) destaca que as relações informacionais, ainda que usualmente decorrentes da distinção e da diferença, também podem ser oriundas da contradição e do paradoxo. Retomamos as categorias de valor de uso/valor de troca em Marx (2011; 2013) e a crítica de Vieira Pinto (2005b) acerca da mercantilização da informação para, então, apontar como o capital estimula a produção de conteúdos espetacularizados mesmo que atentem contra a ordem democrática.

Na terceira parte abordamos a teleologia da luta de classes, inspirados nos autores acima e também em István Mészáros (2011). As formas de consciência não são apenas individuais mas estão condicionadas pelas determinações materiais da sociedade. A potencialidade de emancipação coletiva se subsume, assim, aos interesses hegemônicos, movidos pela primazia do valor de troca. O central é que a busca da verdade se encontra indissociável da luta de classes, onde cada segmento social articula seus interesses em conjuntos de valores inconciliáveis com a classe rival. Seja a ideologia vista como algo negativo ou positivo, há de se avaliar a coerência interna dos discursos a partir de sua sustentabilidade no metabolismo do real, ou seja, a totalidade ecológica e social.

## **2 A INEVITÁVEL DIALÉTICA INFORMAÇÃO x RUÍDO NOS SISTEMAS ABERTOS**

O filósofo Álvaro Vieira Pinto (2005a) chama de consciência ingênua o tipo de pensamento constituído pelo fenômeno do maravilhamento. Através dos tempos e das ditas revoluções industriais, não por coincidência situadas em marcos do norte global, os indivíduos tendem a se deslumbrar com as realizações humanas – no fim, estão deslumbrados consigo mesmos. É a crença na renovação histórica do desenvolvimento tecnológico, sobretudo aquele relacionado às máquinas cibernéticas. Para o autor (2005a), a humanidade não vive nenhum progresso tecnológico inédito. É impossível falar da “Segunda Revolução Industrial” se não podemos apontar quando e onde vivenciamos a primeira. Segundo Vieira Pinto (2005b), a informação não é o motor da história, mas o oposto: a luta de classes move a história, logo, molda a informação social conforme suas contradições.

As considerações de Norbert Wiener e a teoria matemática da comunicação de Shannon e Weaver fundamentam a primeira geração cibernética. No modelo clássico de comunicação, receptor e emissor transmitem mensagem por um canal sem ruído. Shannon e

Weaver (1975) ressaltam categoricamente que a teoria foi desenvolvida para enfrentar os problemas de engenharia da época, em um contexto de guerra mundial e competição entre nações. Para esse grupo de pesquisadores de explicação positiva, a informação se tornou um recurso bélico, que impelia a abordagem instrumental (diferentemente dos caminhos trilhados, na mesma época, pelo cibernético de explicação “negativa” Gregory Bateson, por exemplo). A teoria matemática da informação mirava o desafio técnico de transmissão de sinais (denominado nível A), ou seja, não foi concebida para a análise semântica da comunicação (nível B) e nem para o problema de sua efetividade (nível C). Apesar disso, a teoria matemática da comunicação acabou sendo adotada em campos como as ciências da informação e comunicação, salvo algumas correntes críticas que confrontam sua aplicabilidade para questões sociais dos níveis B e C. Como pontua Logan (2012):

O que acho extraordinário é que sua definição de informação, cujo alcance limitado foi admitido por ele mesmo, tornou-se o padrão pelo qual quase todas as formas de informação foram aferidas. [...] a informação de Shannon tem sido aceita como a definição canônica de informação por todos, exceto por um pequeno grupo de críticos. [...] Shannon exorcizou com sucesso a subjetividade das comunicações, o que foi bom para seus objetivos de engenharia. Respeito Shannon, porque ele sempre alertou que sua definição não se destinava a ser uma teoria da comunicação. Meu problema é com aqueles que desviaram e superestimaram seu trabalho. (LOGAN, 2012, p. 37-39).

Desse modo, a perspectiva shannoniana foca no princípio quantitativo da informação e desconsidera suas conotações semânticas. Ou seja, a informação é traduzida em quantidade mensurável de bits, enquadrada na lógica formal e na matemática de probabilidades. Para Vieira Pinto (2005b) e Wilden (2001a), a primeira geração cibernética ignora que o caráter qualitativo é o princípio organizador inerente à toda matéria informativa, o que de fato precede o caráter quantitativo. Vieira Pinto (2005b) atenta que a primeira cibernética, ao incorporar a teoria matemática da comunicação também em fenômenos sociais, faz uma leitura errônea da historicidade ao relegar a segundo plano a semântica da informação, essencial à natureza humana.

Em contraponto, a segunda cibernética concebe a comunicação como relação material entre incontáveis canais com fronteiras ambíguas. Cada emissor é também receptor e vice-versa. Os agentes operam a informação em função de seus objetivos e contextos, elementos indispensáveis para a produção de significado (SFEZ, 2007; WILDEN, 2001a). A informação é considerada como variedade organizada de matéria e energia, fluida em sua

forma e, portanto, passível de mudança. Na célebre definição de informação de Gregory Bateson (1987, p. 460) “a diferença que produz diferença”, o antropólogo apresenta a diferença como propriedade elementar da informação, o que define seu aspecto material de mutabilidade e uso efetivo em um contexto. Entre a possibilidade de diferenças de um ecossistema, destaca-se o valor semântico da informação (significante), que só pode produzir sentido ao observador quando este lhe atribui distinção (significado). Em desacordo com a materialidade estática da informação shannoniana, Bateson a reveste de um caráter dinâmico, contextual e relativo, ou seja, frequentemente contraditório.

Questão central em qualquer investigação sobre informação e comunicação é o conceito de ruído, fonte de dificuldades lógico-formais desde a teoria matemática de Shannon. Ao oferecer uma concepção dialética sobre a organização da vida, o biofísico e filósofo Henri Atlan (1992 [1979]) encontrou uma engenhosa solução para o problema: em vez do terceiro excluído da lógica aristotélica, o ruído se torna princípio contraditório que movimenta e faz o sistema evoluir. O autor pondera que qualquer organização celular é feita de estruturas fluidas. As organizações dinâmicas coexistem com noções opostas em sua estrutura e, ao passo que se formam por repetição, regularidade e redundância, também se constituem dialeticamente pela variedade, improbabilidade e complexidade. Porém, diferente da cibernética artificial, a cibernética dos seres vivos possui o atributo de absorver os ruídos, não podendo ser concebidos como máquinas, mas como sistemas de comunicação cuja confiabilidade só encontra explicações em princípios de organização qualitativa.

Atlan (1992, p. 36) defende o princípio da organização a partir do ruído, onde se atribui aos organismos não apenas a propriedade de resistência a ele, mas também a capacidade de transformá-lo num fator de organização. A ideia de que os sistemas auto-organizadores não se alimentam apenas da informação, mas também do ruído, sugere tal capacidade de adaptação como algo benéfico ao sistema. O acaso ou o ruído se constituem como uma forma de ordem pela desordem, assim como manifestam uma estrutura. Informação se diferencia do ruído em função da disponibilidade destas variedades em um sistema finalizado, subdividido mediante processos qualitativos de codificação e ordenamento.

Na cibernética formal, o ruído respeita a impossibilidade da contradição. Inversamente, a lógica dos sistemas abertos entende o ruído como expressão dialética da própria informação, não seu oposto. O ruído revela as imperfeições e enquadramento do

canal, apresentando possibilidades de desvio e criatividade. Se por um lado o ruído expressa a seleção ou ignorância do observador sobre as condições possíveis do sistema, por outro, a absorção e o tratamento do ruído implicam aprendizagem ou transformação. O ruído atualiza o código, pois sem perturbação nunca haveria ajuste ou evolução. Para a teoria dialética da informação e a segunda cibernética, a informação não tem significação intrínseca. O mundo se configura por um turbilhão de variedades passíveis de significação como informação para um determinado sistema, enquanto mero ruído para outro.

Nas hierarquias da totalidade, Wilden (2001b, p. 157) apresenta a tipificação lógica dos vínculos em ordem crescente de complexidade, logo, em crescente dependência do nível anterior: ordem física (inorgânica) > ecológica > meios de produção > relações sociais de produção. Ou seja, o tipo anterior é superior, pois não depende do seguinte para se efetivar, mas o contém. Chegamos às falsas simetrias do modo de dominação global.

Recusando a abordagem matemática da comunicação, Wilden (2001b) destaca que nenhuma mensagem existe sem a mediação de um código. O código pode ser definido como um conjunto de normas que regulam a construção de mensagens em um dado sistema, vinculando os tipos de combinações constitutivas em uma série de condicionamentos com relativa liberdade semiótica. Na totalidade sempre em comunicação, as mensagens vão sendo selecionadas pela mediação do código, que pode ser o genético, a linguagem, a ideologia, ou apenas uma chave. Para Wilden, a função mediadora do código representa um tipo lógico superior à mensagem, por isso, o código genético, por exemplo, não afeta o código da chave, pois se aplicam a níveis diferentes da realidade. Assim, no nível humano os códigos se tornam convenções culturais, marcados pelas estruturas socioeconômicas. A imposição do código capitalista significa desafiar a extinção da espécie por ultrapassar a fronteira inerente ao seu tipo lógico determinado.

### **3 POR UMA REVISÃO CRÍTICA DO CONCEITO DE (DES)INFORMAÇÃO**

Sendo a matéria desinformativa uma variedade organizada que também informa, como enquadrar o fenômeno contemporâneo da desinformação? Nossas bases se ancoram na teoria dialética da informação, fundamentada no materialismo histórico e nas formulações da segunda geração cibernética. Desse modo, a desinformação não se constitui como negação da informação, mas a outra face desse processo contraditório, pois dialético.

Apoiando-se em Bateson (1987), Wilden (2001b) postula que a informação é aquilo que nos permite produzir distinção em um *continuum* universal de diferenças, o que torna a experiência informativa um lócus de produção de sentidos. A distinção entre energia, considerada matéria/energia, e a informação constitui aspecto central da abordagem dialética. Tanto a matéria-energia quanto a informação representam níveis diferentes de relação, dependentes das particularidades sistêmicas: “O que pode ser utilizado como matéria-energia num dado tipo, ou a um dado nível, de relações sistêmicas, pode sê-lo como informação em, ou a, outro nível (e vice-versa)” (WILDEN, 2001b, p. 29). Com isso, fica nítido o caráter contextual que vai definir a utilidade e uso destas variedades.

Uma configuração de variedade para ser definida como informação não deve apenas fazer parte de um sistema de codificação, mas também deve integrar uma relação emissão-recepção, organizada em torno de um objetivo particular. No nível social, a informação é significada pelo seu valor de uso e/ou valor de troca, de acordo com a situação imposta. Assim, a mediação, condição necessária e suficiente para a troca de informações, é contextual e adaptativa. Sendo a ordem social atravessada por uma miríade de vínculos ambientais, observadores (emissores/receptores) e modos de mediação estão sujeitos às suscetibilidades sistêmicas. A comunicação é em si mesma dinâmica, ambivalente e dependente dos vínculos referenciais aos sistemas e subsistemas nos quais ela se configura.

Wilden (2001a) aplica os conceitos semióticos de diferença e distinção à realidade lógica e existencial dessa hierarquia dos níveis de relação, a fim de estabelecer conexões entre informação, significado e significação. As ponderações do autor se aplicam também à contemporaneidade, povoada maciçamente pelo que se considera desinformação. Os significados são diferenciais, pois o valor de sentido atrelado advém de um horizonte de repertórios constituídos a partir dos tipos lógicos em hierarquias, cujos níveis de relação modulam o tecido social. Desse modo, os significados representam o valor de uso da comunicação e da linguagem. Wilden aponta que dessa interação surge a informação icônica, um modo de informação rotineiro que corresponde a imagens, quadros, diagramas, entre outros. Os ícones constituem representações concretas em uma determinada realidade que atuam como referência para produzir uma cosmopercepção de mundo para seus participantes. Com isso, seja verdadeira ou falsa, fato ou alucinação, temos na informação uma matéria atrelada ao domínio do significado e das significações.

As relações informacionais, decorrentes da distinção e da diferença, também podem ocorrer por meio da oposição, contradição e paradoxo, desenvolvidas de acordo com as circunstâncias ecológicas, históricas e socioeconômicas que compõem o curso da materialidade humana. Sob este aspecto, chamamos atenção para a particularidade estabelecida pelo modelo socioeconômico dominante. Embora o desenvolvimento tecnológico e os meios de comunicação decorrentes sejam frequentemente aludidos ao progresso e à inovação, possibilitando inclusive o surgimento de novos canais sociais anti-hegemônicos, na maioria das vezes eles têm se constituído como possibilidades frustrantes de emancipação. Os dispositivos tecnológicos atuais são marcados pela vigilância e pelo controle, aplicados pelo Estado e, em maior escala, pelas grandes corporações estrangeiras que orientam os modos de produção e a ação informativa na economia das plataformas. Para as *big techs*, voltadas a impulsionar o consumo, maximizar lucros, ampliar a exploração do trabalho e controlar mentes, pouco importa se o dado que se constitui como meio de acumulação de riquezas é proveniente de alucinação ou da factualidade.

As aberrações costumeiras que passamos a ter que conviver em forma de notícias falsas, disseminadas por dispositivos de reprodução instantânea, somam-se às velhas manipulações informativas das mídias tradicionais. Em ambos os casos, a informação veiculada nada mais é que uma mercadoria *per se*, condicionada em última instância a manutenção da ordem hegemônica, um sistema de produção de mais-valor e concentração de lucro. Como aponta Vieira Pinto (2005b), ao ter como princípio orientador a estrutura mercadológica do capital, o corolário da produção midiática separa a informação da comunicação, correlação essencial para a subsistência humana de natureza social. Tornada um produto que nos é externo, a informação adquire caráter venal, manipulada como outra mercadoria qualquer, sujeita à estrutura do sistema econômico:

O leitor poderá não percorrer uma única linha do noticiário sobre as guerras imperialistas, travadas atualmente, e se absorver exclusivamente nas páginas esportivas dos jornais ou na árida leitura de pormenores sobre um caloroso crime ocorrido no quarteirão. A relatividade da dimensão do 'mundo' constitui um fator limitativo do significado prático da avaliação da importância e poder do noticiário, convertendo o conceito abstrato de infinitude, instantaneidade e potência informativa da comunicação, por qualquer meio, em um *flauts vocis*, uma idéia vazia, sem correspondente adequado na realidade. A verdade consiste na limitação normal constitutiva de um "mundo", particular e pessoal, operada pela vontade ou os interesses do indivíduo ao selecionar aquilo que deseja venha a ser o "mundo" para ele (PINTO, 2005b, p. 495).

Ao analisar o detrimento do valor de uso no capitalismo, Marx (2011) aponta que a emergência do valor de troca condiciona e transforma os produtos oriundos do trabalho em um hieróglifo social. Na forma do valor de uso, as mercadorias são trocadas porque se constituem como elementos heterogêneos que correspondem a diferentes necessidades. Ainda que como mercadoria efetiva se destinem a uma determinada particularidade, como valor de troca tornam-se universais e permutáveis. A forma dinheiro é o que permite igualar, comparar e medir qualquer propriedade convertida em mercadoria pelo capital. Quando assume o valor de troca, a mercadoria adquire forma permutável, estranha a si mesma, dotada de uma nova existência social que é desprendida de sua forma natural.

Ao adquirir caráter mercantil na sociedade capitalista, a informação é cada vez mais desnaturalizada de sua propriedade singular de novidade – a tal variedade que produz diferença-, originalidade e meio para obtenção do conhecimento. Relegada a uma função de banalidade corriqueira, passível de descartabilidade, o produto se torna veículo de propaganda e de conformidade de mundo. Essa nova condição da informação representa um processo de degeneração da matéria informativa, esvaziada de seu caráter vital. Sintoma da universalização do modelo privatista de negócios, ficam niveladas na mesma linha de produção verdades, mentiras, factuaisidades e alucinações, um paradoxo da democracia liberal que não se refuta em produzir diariamente mais barbárie.

#### **4 OS LIMITES DA CONSCIÊNCIA: VERDADE E TELEOLOGIA NA LUTA DE CLASSES**

Todas as sociedades são da informação pois, se a comunicação é condição para a existência dos indivíduos, a informação sempre esteve presente na humanidade. Tamanha amplitude implica a polissemia do termo. Marcos Gonzalez (2013, p. 130) argumenta que o conceito de informação evoca tanto moldar os repertórios mentais quanto transferir observações sobre o estado da realidade: “informação não apenas descreve a realidade, mas também, nitidamente, cria a realidade, uma vez que não se refere às ‘coisas’, mas a uma película da coisa, um ‘estado’ da coisa” (GONZALEZ, 2013, p. 133). Em ambos os casos, trata-se de informação como acréscimo de variedade.

Os inúmeros significados possíveis impõem o problema da definição unívoca de informação, como destacado por Rafael Capurro e Birger Hjørland (2007). Na perspectiva de informação defendida aqui para o nível lógico humano, o central é observá-la em relação ao processo global do conhecimento no fluxo da materialidade concreta, a qual pertence e onde adquire significado. É no contexto do relacionamento social com a totalidade que

devem se inserir as questões infocomunicacionais, necessariamente abertas e transdisciplinares. Em “A era da desinformação”, Marco Schneider (2022) resgata em Hegel que se aposta com mais segurança na verdade com a perspectiva da totalidade, o único escopo possível de produzir conhecimento fundamentado, sem fragmentação, sobre a realidade. Para tanto, precisamos aliar base e superestrutura, pois “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

Para autores como Wilden (2001a) e Vieira Pinto (2005b), a informação no mundo inorgânico é a expressão material-energética do princípio dialético da ação recíproca, presente, ao azar, em qualquer forma de sistema organizado. Até os organismos mais simples operam por mecanismos do tipo cibernético. Ao observar um broto germinar, podemos constatar o fototropismo, a busca pelo estímulo luminoso. De modo semelhante, a aparente capacidade das bactérias de “saber” o que fazer é, na verdade, a consequência genética de sua configuração. Descrevemos, assim, a teleonomia (do grego "telo", finalidade, + "nomia", lei), a finalidade biológica dos seres, também ponto de partida da conduta humana. Como no entendimento consensual das ciências da vida: “O ser vivo representa a execução de um plano, mas plano que nenhuma inteligência concebeu. [...] O fim é preparar um programa idêntico para a geração seguinte. Reproduzir-se. O [...] programa é a mensagem contida no material genético, o DNA” (CUNHA, 1977, p. 230).

Com a evolução humana, a natureza adquire autoconsciência. O processo se torna teleológico ao se acrescentar o logos: palavra e pensamento conferem a capacidade de projetar racionalmente. A compreensão de Vieira Pinto sobre a antropogênese coloca como elementos fundantes da condição humana a comunicação e o trabalho. O autor explica que a adaptação - elemento fundamental de perpetuação ecológica, conforme o darwinismo - é passiva nas “espécies vivas incapazes de modificar o mundo” (PINTO, 2005a, p. 56), enquanto o ser humano se difere qualitativamente dos demais animais pela capacidade de projetar. O trabalho teleológico, ou seja, com finalidade consciente, é o elemento que difere a humanidade dos demais integrantes do reino, que mantiveram relação direta com o mundo por instinto. A relação contraditória entre o ser humano e a natureza é mediada pela organização social, isto é, pela cultura, elemento imprescindível à perpetuação da espécie.

A comunicação e o trabalho são inerentes à mediação social: “a exigência que um indivíduo tem de apelar a outro a fim de levar a cabo uma ação impossível de executar

sozinho, e na verdade é o que se chama trabalho” (PINTO, 2005a, p. 98). Assim, Vieira Pinto atesta a importância da linguagem e da organização social no desenvolvimento da espécie: “a palavra constitui a mediação essencial na comunicação entre os homens” (PINTO, 2005a, p. 182). A evolução humana passa a ser historicamente definida pelo desenvolvimento social. Para o autor, a alternância entre assombro e maravilhamento com as tecnologias resulta de uma mesma perspectiva formalista, que desconhece a dialética e a análise histórica. Afinal, a sociedade é o sujeito que as domina, de forma que “a tecnologia jamais poderia sobrepor-se à sociedade, uma vez que é apenas a mediação total de que a humanidade, no papel de único agente concreto, se utiliza para materializar suas finalidades” (PINTO, 2005a, p. 346).

O trabalho expressa nossa atividade sensível e enorme potência criativa. A intervenção contínua da humanidade cria não somente os objetos e fenômenos do mundo social, mas também os próprios indivíduos. Inspirado na semiologia de Umberto Eco, Marcos Dantas (2006, p. 49) enfatiza que o trabalho informacional humano é necessariamente sócio, seja ao produzir palavras ou mercadorias, pois envolve infinitas relações de significação. Deste modo, o trabalho em geral, inclusive o científico, foi subjugado “pelos imperativos alienantes da acumulação e expansão fetichistas/incontroláveis do capital, [...] modo pelo qual a luta de classes tem um grande impacto sobre as potencialidades e limitações científicas da economia política burguesa” (MÉSZÁROS, 2011, p. 143).

Marx, como todos, era um homem de seu tempo, no caso a era iluminista. Mézáros (2011, p. 17) lembra que os primeiros escritos do pensador alemão consideravam imparcial a pesquisa científica realizada nas primeiras décadas do século XIX. Porém, tampouco a ciência escapa da expansão do valor de troca. Na sociedade capitalista, os valores de uso formam o suporte para o valor de troca, e a máxima da acumulação financeira vai se apropriando dos bens comuns, como o conhecimento e a busca pela verdade. Em meados do século, Marx já ouve tocar o sino “fúnebre da economia científica burguesa”:

Não se tratava mais de saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, se contrariava ou não as ordens policiais. O lugar da investigação desinteressada foi ocupado pelos espadachins a soldo, e a má consciência e as más intenções da apologética substituíram a investigação científica imparcial (MARX, 2013, p. 123).

A passagem da modernidade para a contemporaneidade intensificou as contradições sistêmicas, com as abordagens pós-estruturalistas e pós-modernas compartilhando uma

atitude cética em relação à história. A tendência ahistórica fica explícita no conceito de pós-verdade, que vem ganhando destaque em diferentes disciplinas acadêmicas, em especial na grande área da informação e comunicação. A pós-verdade expressa um contexto onde fatos objetivos são desconsiderados por impressões individuais, como o mundinho particular que Vieira Pinto (2005b, p. 495) alude, já na década de 70, citado na seção anterior.

Entretanto, a consciência individual não existe no vácuo, mas está condicionada pelas determinações estruturais. Mészáros (2011, p. 55) defende que “a história real não é o fim da história, mas sim uma plena consciência de sua abertura radical, [...] não inteligível sem algum tipo de teleologia. Mas a única teleologia consistente com a concepção materialista da história é a teleologia objetiva e com fim aberto do trabalho em si”. Ainda que o ser humano seja o único ser automediador da natureza, que cria a si próprio enquanto produz as condições culturais de intercâmbio e sobrevivência, obviamente a teleologia confere apenas a potencialidade de controlar as condições de autorrealização, só efetivada como ruptura com a iniciativa humana consciente.

Para Agnes Heller (2008, p. 58), a alienação pode ser medida pela distância entre a consciência média da sociedade em relação à possibilidade máxima de conhecimento em determinada época. Por essa concepção, somos mais alienados do que os povos originários, por exemplo, já que estes são mais igualitários ao possibilitar o acesso integral às narrativas disponíveis. As estruturas de poder sempre sustentaram a produção de informação e a disseminação de sentidos, mas atualmente a sociedade ocidental vive um novo capítulo com o advento das tecnologias digitais da informação e comunicação. O desenvolvimento vertiginoso de novos dispositivos de intercâmbio culminou em uma sociedade considerada da informação mas perturbada por notícias falsas; a era dita do conhecimento, mas com ascensão de negacionismo científico e de um cotidiano espetacularizado, alienante.

Ao elaborar a crítica à economia política burguesa, o marxismo em geral trabalha a relação vital entre a busca pela verdade (superestrutura) e a luta de classes (base). Mészáros (2011, p. 145) sintetiza que, em Marx, a ideologia representa “a consciência prática inevitável da luta de classes”, cuja definição, seja como emancipatória ou falsa consciência, depende da sustentabilidade das práticas no espaço-tempo concreto. No contexto atual do capitalismo descendente, a eterna autoafirmação da mesma ordem social representa um anacronismo histórico que compromete a própria sobrevivência da espécie. A natureza está ameaçada, a luta de classes se intensifica e se explicita mundo afora, o trabalho vem sendo

precarizado inclusive nos países do norte que gozavam de bem-estar social. Essas questões universalizantes exigem uma ideologia viável, embasada na totalidade do real, cuja práxis se adéque aos fins coletivos e à emancipação dos indivíduos sociais.

A concepção hegemônica da realidade a partir de sistemas fechados resulta no reducionismo de complexas inter-relações globais dos sistemas abertos em determinações mecânicas simplórias. Mezsáros (2011, p. 61) atribui responsabilidade à epistemologia positivista, “a forma indiscutivelmente mais durável da ideologia na era do capital globalmente articulado e tecnologicamente legitimado”. O positivismo trata as ciências sociais como as ciências exatas, ignorando as diferenças fundamentais entre os objetos de estudo desses campos. Ao adotar uma abordagem supostamente objetiva e neutra, ficam negligenciadas as desigualdades socioeconômicas e as contradições inerentes ao sistema. Diferente das exatas, as ciências sociais envolvem a análise de seres humanos, cuja subjetividade e capacidade de ação consciente alteram os eventos estudados.

Como paradigma no nosso campo, a exemplo da teoria matemática da comunicação, o positivismo (imparcial) é comumente contraposto à ideologia (parcial). Mezsáros defende que, nas obras de Marx, a ideologia possui conotações opostas: por um lado, representa a mistificação dominante que impede a emancipação da maioria de trabalhadores, enquanto, por outro lado, também pode ser entendida em sua positividade capaz de superar restrições sociais, permitindo o desvelamento de potencialidades produtivas. O central é compreender as ideologias não apenas como uma ilusão, mas um conjunto “vasto, orgânico, de valores, crenças, convicções, orientações cognitivas, de doutrinas, teorias, representações” e que podem ser chamadas de visão social do mundo à medida que seja coerente e unificada por alguma perspectiva de classe (LÖWY, 2015, p. 40-41).

Fora do positivismo não existe uma verdade unificada e consensual. Por isso nem mesmo as notícias que gozam do prestigiado selo da verdade são necessariamente verdadeiras, porque a verdade não se constrói de modo tão fácil e unidimensional como o dogma, um absoluto imediatamente acessível. A verdade se forma pelo encontro dialético entre os fenômenos da realidade concreta e as mentes que a produzem e são por ela produzidas, envolvendo elementos de ordem ética, social, política, epistemológica, econômica, cultural, linguística, psicológica, cognitiva, etc. Quando ignorada a complexidade dos sistemas e seus componentes contraditórios, corre-se o risco de considerar ser possível distinguir facilmente a informação da desinformação.

Uma teoria da conspiração, por exemplo, (in)forma negacionistas científicos; poderia até se alegar que, na verdade, ela deforma mas, de qualquer maneira, informa, no sentido de adicionar variedade naquela configuração de repertório. A despeito dos efeitos perversos da mentira e da manipulação em suas diversas nuances, também elas são informações, ainda que deturpadas ou mentirosas. Nesse sentido, a não ser com lobotomia, não existe desinformação em si, pelo menos não por meio da semântica de negação ou reversão conferida pelo prefixo “des” ao radical informação. O tempo e a entropia não andam para trás. Indivíduos que passaram a acreditar em uma notícia enganosa não foram desinformados no sentido de “revertidos”, pois tampouco a ideologia dominante é estritamente factual, ao contrário, também repleta de concepções enganosas da realidade.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este ensaio nasceu da tentativa de fomentar o pensamento crítico acerca do problema contemporâneo da desinformação, a partir de uma perspectiva dialética e transdisciplinar, em consonância com a totalidade. Sem dúvidas o tema não foi explorado aqui de modo exaustivo. Tentamos principalmente provocar algum estranhamento às abordagens em voga na nossa área que, de maneira fácil e rápida, logo qualificam certos discursos como verdadeiros ou falsos, em uma dicotomia que beira o positivismo. Até no campo científico há inúmeros equívocos, intencionais ou não, que (in)formam gerações de pesquisadores, alimentam publicações e constroem conhecimentos (com sorte apenas provisórios). Após algum tempo e muita disputa, essas inconsistências podem ser refutadas e, daí, terão que ser retificadas, gerando saberes mais adequados à realidade dos fatos. Já a ideologia dominante no senso comum está muito menos aberta à reflexão consciente e possibilidade de retratação.

Com o objetivo de propor uma abordagem crítica a respeito do problema denominado desinformação, recorreremos a autores do legado marxista que não tratam explicitamente do tema, mas que fornecem discussões profícuas para a abordagem dialética da informação. Além de Marx e Engels, mobilizamos pensadores como Wilden, Vieira Pinto, Bateson e Mészáros para questionar a lógica formal hegemônica. Fora da concepção binária, informação e ruído coexistem e se interpenetram, onde a diferença se determina pelo objetivo de um determinado sistema finalizado. Nos sistemas e subsistemas da totalidade aberta sempre em comunicação, as mensagens vão sendo selecionadas pela mediação do

código, que pode ser o genético, a linguagem, a ideologia, ou apenas uma chave. Entre a possibilidade de diferenças de um dado ecossistema, destaca-se o valor semântico da informação (significante), que só pode produzir sentido ao observador quando este lhe atribui distinção (significado). Assim, a verdade não existe na informação, mas na mediação entre a realidade e as mentes pensantes. Temos como horizonte a potência infinita da teleologia, reduzida ao imperativo imediatista do valor de troca, através de um modelo de negócios que se constitui como a degeneração da produção e da vivência informativa.

Consideramos, então, que para a teoria dialética da informação a desinformação se configura como um equívoco conceitual. Certamente não buscamos com isso uma postura normativa, pois a pertinência dos conceitos importa a despeito de formalidades teóricas, ainda que dialéticas, mas consideramos que tal simplificação mascara as causas. A desinformação não está em nenhum enunciado, mas no sistema. Independentemente das atuais plataformas digitais, as práticas infocomunicacionais do capital podem ser consideradas formas de falsa consciência de modo geral, devido ao código do valor de troca como expoente máximo inegociável, promovendo a (ir)racionalidade da exploração insustentável do trabalho e dos ecossistemas.

Informação não é sinônimo de verdade, mas de variedade. Em um sistema universalizante mas fragmentador, estruturado assim para promover alienação, fica impossível conceber separadamente a superestrutura ideológica e a base das relações socioeconômicas. Enquanto o modo dominante institui a consciência individual ou enunciados particulares como portadores de valor, mascarando suas motivações sociais no nível macro, os problemas indicam a necessidade de totalização. Caso contrário, sempre lutaremos contra os sintomas, sem ir à raiz das causas. A fim de construir uma ordem social em harmonia com os interesses da humanidade e do planeta, precisaremos reconhecer a transversalidade da informação e suas conotações contraditórias, ou seja, aprender com o ruído, a fortalecer as pesquisas de viés materialista dialético, minoritárias no nosso campo.

## REFERÊNCIAS

ATLAN, Henri. **Entre o cristal e a fumaça**: ensaio sobre a organização do ser vivo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, 2007.

CUNHA, Antonio Brito. **Explicações teleológicas e teleonômicas em biologia**. Nova Antropologia. v.1. São Paulo: Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, 1977.

DANTAS, Marcos. Informação como trabalho e como valor, **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, 2006, nº 19, p. 44-72.

GONZALEZ, Marcos. **A gramaticalização de informação**: uma abordagem sociocognitiva (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: PPGCI, IBICT/UFRJ. 2013.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LOGAN, Robert. **Que é informação?**: A propagação da organização na biosfera, na simbolosfera, na tecnosfera e na econosfera. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2012.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2015.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política** - Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858; esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência, Volume II**: a dialética da estrutura e da história. São Paulo, Boitempo, 2011.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia** - Volume I. 2a. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia** - volume II. 2a. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b.

SCHNEIDER, Marco. **A era da desinformação**: pós-verdade, fake news e outras armadilhas. Rio de Janeiro: Garamond, 2022.

SHANNON, Claude; WEAVER, Warren. **A teoria matemática da comunicação**. São Paulo: Difel, 1975.

SFEZ, Lucien. **A comunicação**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WILDEN, Anthony. Informação: In: **Enciclopédia Einaudi**, Vol. 34, Comunicação-Cognição, Lisboa. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2001a, p. 11-61.

WILDEN, Anthony. Comunicação. In: **Enciclopédia Einaudi**, Vol. 34, Comunicação-Cognição. Lisboa. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2001b, p. 108-204.